

X ANC

POLITICA

Legislativo entra em recesso

Acordo envolveu o líder na Câmara e grupo pró-soberania

O grupo "pró-soberania" acertou nas sucessivas conversas que vem mantendo com o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, — e já com a aprovação do Executivo — a suspensão dos trabalhos ordinários do Legislativo, bem como o arquivamento de todos os projetos em andamento na Câmara e no Senado, e, ainda, algumas alterações na Carta de 67 que consideram indispensáveis para o funcionamento exclusivo da Constituinte. Em contrapartida, a devolução das prerrogativas parlamentares só virá no bojo da Carta que será elaborada durante os próximos meses.

As alterações na Carta de 67 ainda não estão definidas. O grupo deseja acabar com o decreto-lei, o decurso de prazo e as medidas de emergência, assumindo o compromisso de realizar sessões extraordinárias da Câmara e Senado para examinar os projetos de interesse do Executivo, em regime de urgência-urgente. Um problema não resolvido ainda é quanto a manutenção do pinga-fogo na Constituinte, que muitos políticos estão achando deplorável para figurar historicamente nos anais da Assembleia.

Para esse aspecto poderão — nas negociações que são feitas com o Governo apenas porque o grupo, embora numeroso, não deseja o confronto de forças —, evoluir para a sugestão de realizar uma vez por semana uma sessão da Câmara,



quando a tribuna será livre para os deputados fazerem discursos genéricos sobre os problemas estranhos aos temas constitucionais. Só que até aqui as resistências não foram quebradas, porque eles acham que estariam comprometendo a soberania.

O grupo demonstrou em algumas fases dessas negociações um poder que obrigou os interlocutores oficiais a pedirem ponderação, pois se têm força numérica, os integrantes do "pró-soberania" estão certos de que seria insano criar problemas demais nesse período preparativo da Constituinte. Daí terem evoluído para estabelecer os limites da Assembleia de forma mais sensata. A primeira demonstração disso foi na votação sobre a permanência ou não dos senadores de 82 na Constituinte, quando ainda não havia líder de Governo, mas existia o quadro de dificuldades à vista.

Outro aspecto que pesa nessas conversas é a campanha que vem sendo feita pelos meios de comunicação contra a Assembleia Nacional Constituinte e seu plenário vazio. Tanto assim que o grupo de deputados que negocia com o líder do Governo admitiu que uma tentativa de restaurar

agora as prerrogativas do Congresso poderia não ser bem entendida pela opinião pública ou soar como busca de "mordomia". Esse problema ficou para a nova Carta.

Outra tendência colhida durante essas negociações diz respeito a duração do mandato presidencial, que muito provavelmente só será tratado nas disposições transitórias da Carta que será elaborada pelos constituintes. Nesses entendimentos também tem sido colocada a inconveniência de alguns parlamentares virem atacando o líder da maioria na Câmara, o que acaba criando malestar capaz de interferir na busca do consenso.

O trabalho de consenso que o "pró-soberania" está articulando com o líder do Governo deverá ficar pronto até terça-feira, pois existe o entendimento de que devem aviar o regimento da Constituinte o mais rápido possível, para começarem a redigir a nova Constituição. Como existem prazos a cumprir, têm intensificado os contatos.

As votações para mudar a Carta de 67 serão feitas por maioria absoluta, mas o grupo aceitou colocar no papel a exigência de que, passada essa fase, qualquer alteração deverá ser feita pelo quorum de dois terços, no mínimo. Com isso, dão segurança ao Governo de que não criarão problemas nesse espaço de tempo que levará à promulgação da Constituição de 87.



Hélio Duque protesta: falta governante

Constituintes vêm no Governo nau sem rumo

JOAO EMILIO FALCAO
Repórter Especial

Apesar de o presidente José Sarney estar muito otimista com seu governo, predomina entre os constituintes, de todos os partidos, a convicção de que "a nau está sem rumo", como observa o deputado Hélio Duque (PMDB-PR). Os ministros da área econômica são, por enquanto, responsabilizados pela crise, mas a tendência crescente é de controlar o Presidente, seja pela redução de seu mandato (com eleições diretas) ou pela adoção do sistema parlamentarista.

O Presidente está, de acordo com os depoimentos de parlamentares que se avistaram com ele nos últimos dias, com uma informação muito própria sobre a realidade nacional. Ele citou para a bancada paulista, como prova do êxito do Governo, o abraço comovido de um caseiro residente próximo ao seu sítio do Pericumã, agradecendo por haver podido, graças ao Plano Cruzado, comprar uma geladeira. Não ouviu quando um deputado perguntou ao outro: "Para botar o que dentro?"

A parlamentares e governadores do Centro-Oeste, o Presidente garantiu que a inflação deste ano não ultrapassará a 70 por cento esquecendo-se, de certo, que só para este mês a previsão oficial é de 17 por cento. A deputada do PFL garantiu que, com a saída de Fernão Bracher do Banco Central a economia apresentaria resultados positivos. Em 60 dias, no máximo, o País estaria numa situação excelente.

O mais grave, porém, foi a conversa sobre problemas agrícolas com alguns parlamentares. Os dados citados pelo Presidente não correspondiam aos dos políticos, que ficaram impressionados com a diferença. Há dias, no gabinete do ministro Marco Maciel, um deles afirmava em tom alto: "Estão enganando o Presidente." Uma frase que, seguramente, não é original.

DESGOVERNO
No regime monárquico-presidencialista vigente, o Presidente é, sempre, o último a ser criticado. A tendência, mesmo entre os

Sant'Anna (PMDB-BA), é um exemplo dessa atitude. Há um mês ele sugeriu, na TV, a demissão de todos os ministros civis para que o Governo recuperasse a confiança do povo.

Desde fins de dezembro, o ministro Aureliano Chaves vem exigindo que o Governo diga a verdade sobre o Plano Cruzado, que considerou uma grande ilusão. Nem o Presidente reagiu, nem os ministros se sentiram atingidos. Há dias, Aureliano Chaves repetiu, com mais veemência suas críticas. A reação foi a mesma.

CONFRONTOS

Essa falta de comando reflete-se, naturalmente, na área política, apesar do controle do presidente Ulysses Guimarães sobre o PMDB, que consegue dar uma aparência de unidade. Os políticos do PFL e do PMDB, que, atraídos por Tancredo Neves e Aureliano Chaves, compuseram a Aliança Democrática, estão, hoje em disputa aberta.

O PFL procura tirar vantagem do fracasso do Plano Cruzado, acusando os ministros da área econômica, mas com a cautela de elogiar o Presidente da República. O PMDB reage propondo a reforma do ministério, com a exclusão dos representantes do PFL, ou, como fez o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), atingindo os ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel. Além disso, acusou o PFL de ter procurado explorar o Cruzado.

Mesmo sendo reconhecido como parlamentar sério e competente, o deputado Carlos Sant'Anna dificilmente obterá a união de todos em torno do presidente Sarney. O PMDB sabe que o PFL e o Governo querem dividir-lo; o PFL tem a noção perfeita de que Sarney está condicionado a ser tutelado pelo PMDB.

Essa rivalidade, diminuída pela sombra do Planalto, só tende a aumentar. O PFL está feliz com a entrevista de Aureliano Chaves, achando que tem candidato a Presidente da República. O PMDB sabe que não pode ficar paralizado para não facilitar a polarização entre Aureliano Chaves e Leonel Brizola.

TEMAS

Nesses primeiros dias de Constituinte estão brilhando no plenário e nas entrevistas os que se opõem ao Governo. Os pronunciamentos em favor são raros e têm, quase sempre, o sentido de ajuda ao Presidente para enfrentar a crise.

As críticas mais constantes, demonstrativas da convicção de que não há Governo, recaem sobre os seguintes temas: a) queda das reservas cambiais; b) duas hiperinflações em um ano; c) desorganização da produção; d) queda acentuada das exportações; e) aumento da dívida externa; f) desestruturação do sistema financeiro; g) queda vertiginosa da bolsa; h) protesto dos agricultores; i) reação dos trabalhadores contra o aviltamento dos salários; j) aumento da dívida interna; l) majoração das taxas de juros, que atingiram patamares nunca vistos; m) inconstitucionalidade dos empréstimos compulsórios; n) aumento do déficit público; o) e cobrança do ágio.

Ulysses irritado com bloco suprapartidário

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

"Se tem partido, não há necessidade de bloco". A declaração — seca e irritada, sempre que fala do assunto — é do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, talvez a maior vítima da articulação em torno do bloco de sustentação do governo na Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães, apesar de todas as evidências, insiste em desconhecer, pelo menos publicamente, a existência da movimentação, a partir do Palácio do Planalto, para formação de um bloco suprapartidário de alinhamento político com o presidente José Sarney.

Ulysses não se cansa de dizer que o bloco não existe, nem tão pouco a pretensão do presidente José Sarney em criá-lo, classificando-o de obra de ficção. Na opinião de um parlamentar peemedebista, ligado à linha progressista do partido, à medida que a articulação avança, o presidente do PMDB deverá se tornar mais contundente, quando tratar da questão.

Isso porque ele não pode admitir a criação de um bloco conservador de sustentação do governo na Constituinte — um verdadeiro ato de subversão da estrutura partidária —, visto como uma bomba de fragmentação do poder amealhado por Ulysses Guimarães, tenaz e pacientemente.

Apesar da teimosia, na verdade uma estratégia política, do presidente do PMDB em negar a articulação para costurar uma aliança política confiável ao Palácio do Planalto, sexta-feira última, um dos

com a evolução das negociações", que já se estendem ao Partido Liberal, depois de praticamente acertado o ingresso formal do PTB.

O bloco, então, seria composto por parcela importante do PMDB — a ala conservadora; a quase totalidade do PFL — apenas dois ou três parlamentares não participariam; o PTB, com toda sua bancada; parte do PDS; e o Partido Liberal.

O líder do PTB, Gastone Righi, calcula, dentro do PMDB, cerca de 130 constituintes. Esse cálculo, contudo, é contestado pelo líder peemedebista eleito na última quinta-feira, Luiz Henrique, que usa como argumento os 165 votos recebidos por ele e pelo deputado João Herrmann — dois representantes da ala progressista do partido — na disputa com o deputado Milton Reis, candidato da preferência do governo.

Embora não tivesse ainda condições de fazer uma avaliação precisa da bancada, Luiz Henrique se diz convencido de que ela é bem mais avançada politicamente que a bancada da última legislatura. Há alguns indícios, como o movimento pela Assembleia Nacional Constituinte e a própria eleição do líder na Câmara.

Quem também não concorda com Gastone Righi é o líder do PDS, Amaral Netto. Ele afirma que "a formação de um bloco do governo dentro da Constituinte é um absurdo", e assegura que o Partido Democrático Social permanecerá firme na oposição. E espera para ver.

O PFL, não há dúvida de que manterá, à exceção de uns poucos, o alinhamento político com o governo. Entre esses poucos rebeldes

bloco na Constituinte é inadmissível".

Para Alceni, "o governo precisa adquirir a consciência de que não pode atuar como lobby dentro da Constituinte". E pergunta: "O que significará o governo Sarney daqui a 200 anos?" E conclui que "o constituinte que se submeter a uma ação de governo não tem personalidade e não merece o respeito da população".

Mas são poucos os que pensam como Alceni Guerra. O deputado Inocêncio de Oliveira, por exemplo, diz que a formação do bloco "é muito boa para o PFL". E garante: "Não haverá problemas com o partido, que sempre foi e continua sendo governista".

SOBERANIA
Se a articulação de um bloco progressista na Constituinte ainda é tímida, conforme reclama o líder do PDT, Amaury Muller, a eleição que consagrou o deputado Luiz Henrique como líder do PMDB serviu também como elemento cristizador de um grupo mais avançado politicamente, dentro do partido, já apelidado de "Soberania".

Em virtude, porém, da própria indefinição dos novos constituintes, o grupo se recente de maior coesão. A expectativa é que se torne mais definido e ganhe mais adesões com o passar dos dias.

De qualquer forma, o bloco progressista também está sendo articulado, mais episodicamente e preservando-se a identidade dos partidos. Segundo o deputado José Genoino, "haverá alianças sobre as principais questões em debate".

Desses blocos fazem parte os progressistas do PMDB, o PDT, o PT, o PC do B, o PSB e o PCB, cujo líder na

Câmara, deputado Roberto Freire, foi o primeiro a propor, da tribuna, a articulação de um bloco democrático.

PMs cobram o direito de votar

Belo Horizonte — Os comandantes das 27 Polícias Militares de todo o País vão defender junto aos constituintes que seja assegurado aos 350 mil cabos, soldados e bombeiros da corporação o direito de voto. Na nova Constituição os oficiais querem ainda que as Polícias Militares mantenham a condição de instituição permanente, subordinada diretamente aos governadores, constituindo-se em força auxiliar do Exército.

Estas propostas foram debatidas durante o III Congresso Brasileiro de Polícias Militares, encerrado ontem em Belo Horizonte. Elas serão apresentadas aos deputados e senadores, cabendo às unidades da Polícia Militar em cada Estado realizar o trabalho do lobby para que sejam aprovadas.

Estamos vivendo uma fase da história do País em que não devem ser restringidos direitos a ninguém, justificou o comandante da Polícia Militar de Minas, coronel Leonel Archanjo Afonso.

Regimento imprime emendas até amanhã

Amanhã estarão impressas todas as propostas de emendas apresentadas ao projeto de regimento interno da Constituinte. São quase mil, segundo informou o relator do projeto, senador Fernando Henrique Cardoso. Ele vai passar todo este fim de semana e a próxima semana inteira trabalhando na classificação, computação e avaliação das emendas.

Pelo prazo dado pela mesa, o relator vai ter que entregar o seu substitutivo ao projeto na próxima sexta-feira. A intenção do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, é votar o substitutivo nos dias 25 e 26 deste mês. Mas pode haver atraso, porque o trabalho do relator vai ser bem maior do que se imaginou a princípio.

Ulysses destacou uma equipe de vinte funcionários do Senado e da Câmara inclusive técnicos em computação — para auxiliar o relator. Já a partir de ontem, a idéia é abreviar a apresentação do substitutivo, uma vez que ele deverá



Fernando Henrique

ser posto em discussão no plenário por cinco sessões consecutivas. Já está definido que não haverá sessões da Constituinte nos sábados e domingos.

A maior parte das emendas apresentadas diz respeito ao número de comissões ou subcomissões que devem ser criadas para racionalizar o trabalho dos constituintes. Outra grande preocupação refletida nas emendas foi com os esquemas de divulgação desse trabalho.